

A PERCEÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO RURAL NA INTERFACE URBANO-RURAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Carlos Hermenegildo
Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto
Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologia
carlos.hermenegildo@ulusofona.pt

Diogo Mateus
Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design
Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa
Faculdade de Arquitetura
dmateus@ulusofona.pt

Introdução

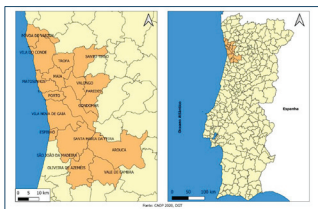
A preocupação com a gestão da interface urbano-rural foi crescendo à medida que foi aumentando o volume de material combustível nestes espaços. Outrora, a gestão dos combustíveis nas imediações das construções decorria com naturalidade, em virtude das atividades agrossilvopastoris que se praticavam. Os graves incêndios que afetaram Portugal nos últimos anos, provocaram elevados prejuízos materiais e, por vezes, um elevado número de vítimas, como foi o caso de 2017, demonstrando a importância da gestão destes espaços.

Objetivos

Compreender como a perceção do risco de incêndio rural pode contribuir para encontrar soluções que permitam reduzir a suscetibilidade à ocorrência de incêndios rurais.

Área de Estudo

Área Metropolitana do Porto, com uma superfície de 2040 km² distribuída por 17 municípios, onde o solo rural representa cerca de 63% do território e com características complexas ao nível da interface urbano-rural. É um território com grandes contrastes ao nível da ocupação, mas também do relevo e do clima.



Metodologia

A metodologia utilizada consistiu na recolha de informação sobre o risco, incêndios rurais, interface urbano-rural na Área Metropolitana do Porto, dados quantitativos, e numa análise mais qualitativa, dos instrumentos e políticas territoriais dos municípios e a implementação de um questionário a decisores e técnicos das autarquias locais, a bombeiros e à população residente, permitindo aferir a perceção do risco e quais as medidas têm sido implementadas.

Resultados

Presidentes das câmaras municipais e vereadores

- reconhecem o problema
- admitem que as medidas que estão a ser tomadas são insuficientes
- referem que existe fraca colaboração da população

Coordenadores municipais da proteção civil

- 2/3 indica que a população não colabora ativamente
- podia haver maior uso do fogo controlado
- responsabilização pela gestão do combustível deveria passar para os proprietários dos edifícios

Presidentes das juntas de freguesia

- 1/4 não reconhece a existência de interface urbano-rural
- 1/3 referiu que a população não colabora ativamente
- referiram que têm sido tomadas medidas, mas que é necessário limpar mais terrenos e haver mais fiscalização e mais sensibilização da população.

Elementos dos comandos dos bombeiros

- 2/3 refere que a população colabora ativamente
- a falta de limpeza é o fator mais crítico
- indicam como prioridades a utilização de materiais de construção das fachadas e das coberturas resistentes ao fogo

População residente

- 1/4 entende que não mora num local de risco elevado
- 1/2 refere que já sentiu a casa ameaçada por incêndios
- a limpeza, a fiscalização e a vigilância são as medidas em que é preciso apostar

Conclusão

Dos dezassete concelhos que pertencem à AMP, existem onze que possuem áreas de interface urbano-rural em locais com perigosidade de incêndio florestal elevada ou muito elevada. Os coordenadores municipais de proteção civil são o grupo de inquiridos com a perceção do risco mais próxima da realidade e os presidentes de junta parece ser o grupo mais desfasado da realidade.

Faltam ações de formação relacionadas com este problema, dirigidas aos presidentes das juntas de freguesia e à população que reside nestes locais.

É fundamental continuar a estudar estas áreas e este problema, afim de continuar a procurar soluções que tornem estes territórios menos vulneráveis e mais sustentáveis económica e ambientalmente.

RISCOS



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA